

# *O desencanto com a democracia: análise do comportamento eleitoral dos gaúchos nas eleições de 1994*

---

---

**Marcelo Baquero**

Professor de Ciência Política do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS

---

---

## **Resumo**

Este artigo analisa a cultura política dos gaúchos. Os dados provêm de várias pesquisas realizadas nos 1º e 2º turnos da eleição presidencial de 1994. Seu principal argumento é a inexistência de valores e crenças constitutivas do apoio à democracia, marcando um certo desencanto com a democracia no país.

**Palavras-chave:** cultura política, democracia, eleição presidencial, Estado do Rio Grande do Sul

## **Abstract**

This article analyses the political culture of the people of the Rio Grande do Sul State (the 'gaúchos'). The data come from many electoral surveys conducted during the first and second round of the 1994 Brazilian presidential election. It's main argument is the inexistence of beliefs and values for support for democracy in general, and a certain disenchantment with democracy in the country.

**Keywords:** political culture, democracy, presidential election, Rio Grande do Sul State

## **Introdução**

Na maioria das vezes, a política envolve ações coletivas por parte dos cidadãos. O que torna possível essas ações coletivas é a cultura política, que Sidney Verba (1969, p. 513) definiu como *o sistema de crenças empíricas, símbolos e valores que definem a situação na qual a ação política ocorre*. Por sua vez a ação política é o resultado de fatores do processo de construção histórica do cenário estudado, bem como de variáveis relacionadas com o processo de desenvolvimento econômico e modernização de uma sociedade. Tentar caracterizar uma cultura política passa, portanto, pela compreensão da história política de um sistema político e os fatores estruturais e conjunturais que moldam essa cultura.

Este artigo é um esforço no sentido de tentar fazer essa caracterização no Rio Grande do Sul e compreender o processo eleitoral de 1994 a partir dela. Para alcançar esse objetivo, a análise utiliza fontes primárias e dados de pesquisas tipo *survey* realizadas nas últimas três décadas no Rio Grande do Sul.

No campo da Antropologia, os avanços no que se refere à análise da estruturação da identidade cultural do “gaúcho” têm sido significativos (OLIVEN, 1984; 1993). Do ponto de vista da ciência política, embora a produção científica sobre a história do Rio Grande do Sul seja significativa (LIMA, 1935; VARELA, 1933; LAYTANO, 1934; SILVA, 1964; LOVE, 1971), particularmente no que se refere ao resgate e sistematização dos momentos mais marcantes da história política do Estado, a tentativa de caracterizar a cultura gaúcha é recente.

Um dos primeiros estudos a tentar desvendar as motivações e estímulos dos gaúchos para participar na política na década de setenta, e conseqüentemente tentar caracterizar a cultura política gaúcha é o do professor Judson De Cew (1977) que examinou a experiência política e comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul. Esse estudo somou-se a trabalhos oriundos de pesquisas eleitorais que buscavam compreender a dinâmica subjacente ao comportamento político dos gaúchos (XAUSA e FERRAZ, 1963; CAVALCANTI e DUBNIC, 1964; TRINDADE, 1973; DE CEW, 1977), e que atualmente se constituem num acervo documental e de pesquisa sobre a vida política no Rio Grande do Sul.

As principais conclusões desses estudos apontavam para a existência de padrões de comportamento político politizado, comparativamente a outros estados do país.

Não havia, entretanto, análises detalhadas sobre o processo de formação de atitudes e a conseqüente cultura política que emergia decorrente dessas atitudes. Há uma lacuna no que diz respeito à caracterização da cultura política nesse Estado.

### Uma tradição de instabilidade

Os fatores mais marcantes da história do RS têm sido seu envolvimento em movimentos e/ou eventos na arena política que levam os estudiosos a sugerir que, comparativamente a outros estados brasileiros, o RS mostrava elementos de amadurecimento político (LOVE, 1971; CORTES, 1974; DE CEW, 1977). A característica histórica fundamental, no entanto, segundo De Cew, tem sido de instabilidade política. O estudo desenvolvido pelo autor mostrou que de 1889 a 1966 a política no Estado foi marcada por períodos de instabilidade, tanto do ponto de vista das relações sociais como do ponto de vista institucional. Outrossim, a liderança assumida pelos gaúchos em movimentos nacionais serviu para *mostrar* o grau de politização desse Estado.

Em 1835, por exemplo, os gaúchos estabeleceram a República Independente Rio-Grandense na guerra conhecida como a Revolução Farroupilha. No entanto, quando o presidente argentino Juan Manuel de Rosas convidou os gaúchos para serem mais uma província Argentina, houve uma rejeição total e o RS reintegrou-se ao Império Brasileiro em 1845 (CORTES, 1974, p. 5).

Por outro lado, as guerras civis uruguaias forçaram os gaúchos a um estado de constante alerta contra invasões estrangeiras que queriam roubar o gado. Os gaúchos, de forma geral, sempre estiveram presentes nos movimentos históricos de confronto com outros países. Por exemplo, o contingente gaúcho na força militar brasileira que ajudou a derrotar Rosas na Batalha de Monte Caseros em 1852 foi significativa. De 1865 a 1870, os gaúchos estiveram presentes (24%) na Guerra Tríplice Aliança contra o ditador paraguaio Francisco Solano Lopes.

Segundo Cortes (1974) com o clímax da guerra paraguaia, e com uma história de mais de um século de lutas houve um impacto no sistema de crenças do gaúcho e no seu comportamento político. Esses anos de sacrifícios econômicos e humanos tornaram o gaúcho extremamente orgulhoso e defensivo em relação ao seu Estado e sua história. Ele internalizou a crença de que em *decorrência do sofrimento e derramamento de sangue em nome do seu país e sua decisão de ser brasileiro ao invés de argentino, o tornou um melhor cidadão do que seus compatriotas brasileiros não voluntários* (CORTES, 1974, p. 5).

Nesse período de turbulência política criou-se um sentimento entre os gaúchos de estarem sendo sempre explorados pelos não-gaúchos. Essas percepções levaram, ao longo do tempo, a institucionalizar um comportamento de rejeição de imposições, fossem em nível federal, através do governo ou de instituições governamentais.

Do ponto de vista da política interna do estado, especialmente, entre 1881 e 1882, a disputa entre Júlio de Castilhos e os Federalistas teve um profundo impacto nos padrões políticos estabelecidos e que perduram até o presente. Dividiu o estado em dois campos irreconciliáveis que prevaleceram de 1884 até 1964 (CORTES, 1974).

Os estudos realizados por Cortes (1974) e De Cew (1977), e dos quais retiramos as principais conclusões, são valiosos para compreender o padrão histórico da política gaúcha. Tal qual a brasileira, a história no RS tem-se caracterizado pela instabilidade política. Do ponto de vista da abordagem da cultura política uma situação desse tipo não é condutiva para o surgimento de cidadãos politicamente auto-suficientes ou com eficácia política. Na verdade, as oscilações no campo político e flutuações no campo econômico se constituem na base de uma cultura política que se estrutura fundamentalmente influenciada por fatores conjunturais. Na década de 70, por exemplo, o “milagre brasileiro” foi fundamental para a institucionalização de um certo orgulho do potencial econômico do país. Em 1985, houve euforia em torno do Plano Cruzado no qual os cidadãos “participaram” ativamente na fiscalização da economia. Outro evento marcante foi a ampla mobilização pelas eleições diretas. Mais recentemente as manifestações da sociedade civil e, particularmente, dos “cara pintadas”, no processo de *impeachment* de Collor de Mello, mostrou o potencial de mobilização da sociedade civil. Nas eleições de 1994, o Plano Real foi o ponto decisivo que influenciou o comportamento político do brasileiro e levou Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República (MENDES & VENTURI, 1994). Simultaneamente, com essas mobilizações, entretanto, a sociedade conviveu com a crescente corrupção no governo, ineficiência administrativa, uma queda na qualidade de vida, o agravamento da situação econômico-social e uma aparente indiferença generalizada dos governantes em resolver os problemas do país.

Essa situação é típica de sistemas politicamente instáveis, a qual leva as elites no poder a tentar organizar a política e o poder ao seu favor, fruto de sua insegurança e incapacidade administrativa. Dessa maneira, a politização é episódica e temporária, podendo ir de um forte ativismo circunstancial, para uma apatia permanente. No caso do povo gaúcho, o comportamento político pode ser mais disciplinado, talvez pela influência platina, mas não significa necessariamente que sua cultura política seja composta, na sua maioria, de cidadãos com elevado grau de eficácia política.

Assim, a imagem de um Estado altamente politizado, mantida ao longo do tempo, contrasta com os resultados de pesquisas de levantamento de opinião pública, nas quais fica cristalizada uma tendência de crescente distanciamento em relação à política em índices semelhantes a outros estados. Em pesquisa eleitoral realizada em oito cidades brasileiras em 1982 (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo

Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza e Campinas-SP), os resultados em relação a itens como politização (interesse por política), níveis de informação e participação eleitoral mostraram percentagens aproximadas, sugerindo uma certa homogeneidade de comportamento político, pelo menos nas grandes capitais. A capital gaúcha não se distanciou significativamente dos outros estados. Na verdade, muitas vezes, existe uma tendência natural de supervalorizar a história regional como catalisador de orgulho, como base de desenvolvimento de identidades regionais e como elementos de diferenciação importantes na consolidação de uma identidade cultural própria. O estabelecimento dessa identidade cultural, entretanto, não significa que haja um conseqüente aumento da eficácia política dos cidadãos. A politização, assim, parece depender de outros fatores.

Atualmente, a caracterização da cultura política de um sistema político deve ser vista em face não só à sua história e eventos conjunturais, mas também influenciados pelo cenário internacional, isso porque assistimos a grandes transformações não só em nível regional, nacional, mas sobretudo em nível internacional. O processo de globalização em virtude da institucionalização dos meios de comunicação como um super poder, o qual leva ocorrências em contextos distantes para os lares dos cidadãos em todo o mundo, encurtou distâncias e criou um senso de proximidade com problemas comuns em outros sistemas políticos. Hoje em dia, sabemos o que se passa em outros países em questão de horas ou minutos, o que era impensável algumas décadas atrás.

Esse processo de internacionalização da cultura tem aspectos positivos e aspectos negativos na estruturação de sistemas de crenças e valores em diferentes cenários. No caso particular da América Latina, vários autores tem apontado para os efeitos deletérios da difusão de valores que rompem com normas secularmente estabelecidas no campo das relações sociais criando crises de identidade (LANDI, 1988). A juventude, em especial, é mais suscetível de internalizar esses valores gerados por culturas alheias à sua realidade. O impacto desse processo na dimensão política tem sido o surgimento de um sentimento híbrido e amorfo em relação às instituições políticas e seus representantes. Não se vislumbram processos efetivos de educação política, o que tem levado à manutenção de relações sociais que se pautam pelo individualismo e perda de senso de comunidade. O resultado não pode ser outro senão a permanente instabilidade política e crise de governabilidade, às quais ficam mais nítidos no processo de transição de um regime para outro, como será visto a seguir.

### **Tradição, relações sociais e cultura política**

Os momentos de crise de qualquer sistema político fazem aparecer o que existe de mais positivo e de mais negativo na vida social. A tentativa do Brasil em consolidar a democracia se caracteriza pelo constante enfrentamento com as crises no campo político (crise de legitimidade e governabilidade), no campo social (ausência de mecanismos que viabilizem a conquista da cidadania plena), no campo econômico (crescente concentração de renda e índices inflacionários elevados) e no campo cultural (crise de identidades coletivas e ampliação de práticas individualistas), o que faz com que o processo de construção de uma cultura política crítica e participativa seja demorada e com poucas probabilidades de ter sucesso. Se por um lado, as crises dão visibilidade à prática política no país, por outro lado, a não-resolução de problemas imediatos no campo social pode criar uma indiferença tanto por parte dos governantes como da sociedade civil. Essa situação, levada às últimas conseqüências, reproduz padrões tradicionais de comportamento político e a uma estagnação generalizada no próprio processo de desenvolvimento político. Na dimensão político-eleitoral, o fator preponderante na escolha dos candidatos é a pessoa do candidato e não o partido.

Se o saldo positivo do processo de redemocratização e a possibilidade dos cidadãos participarem nas formas convencionais de participação política, bem como na possibilidade de interferir naqueles processos mais visíveis, como foi o caso do *impeachment* do presidente Collor de Mello com a participação ativa dos jovens caras-pintadas, no lado negativo, observamos que práticas políticas tradicionais não têm sido superadas, ou seja, o personalismo, o individualismo, o clientelismo e a emoção continuam a ser os catalisadores de ações políticas em detrimento de instituições intermediárias.

A reincidência dessas práticas políticas, como foi dito anteriormente, aliada à incompetência dos governantes em resolver os problemas mais imediatos no campo social e econômico, tem criado uma situação onde o Estado tem perdido credibilidade, não se constituindo no regulador das relações sociais, viabilizando o surgimento daquilo que poderia ser chamado do “estado de natureza” num contexto moderno, no sentido proposto por Thomas Hobbes (1978). Ou seja, vivemos, atualmente um processo de crise de valores éticos e morais onde o lema que se popularizou é do “salve-se quem puder” (BAQUERO, 1992). A conseqüência desse processo não poderia ser outra senão a estruturação de uma cultura política fragmentada e sem pontos de referência de identidades coletivas. Segundo Cristovão Buarque (1991), atualmente vivemos um processo de apartação social.

As instituições que deveriam ser as catalisadoras dessas identidades coletivas não têm credibilidade na sociedade. Nesse caso, especificamente, podem ser apontados os partidos políticos e os poderes constituídos, o legislativo, o judiciário e o executivo.

Dessa forma, questões que em outros países foram resolvidas a longo tempo, tais como o tipo de economia, o papel do Estado na sociedade, o papel do cidadão no processo político e o estabelecimento de uma base material que estabelecesse algum tipo de igualdade social, no Brasil estão longe de serem resolvidas.

Se tomarmos como parâmetro de comparação com o Brasil os países da Europa Ocidental na década de 1970, constata-se o pouco que se tem avançado em relação à consolidação plena da cidadania e a igualdade social. Nesses países, nessa época, que Daniel Bell (1978) caracterizou como sendo do fim das ideologias, essas sociedades passaram para o estágio que se convencionou chamar de pós-materialismo. Isso significava dizer que na medida em que os problemas de natureza econômica haviam sido resolvidos via implementação de políticas sociais e econômicas que garantiam os direitos sociais dos cidadãos, a questão ideológica como base de confronto entre partidos passou a ser secundária. A partir dessa época, os pleitos eleitorais se davam em torno das orientações das políticas públicas e capacidade de gerenciamento (LIPJHART, 1992). Isto porque não havia desigualdades sociais agudas que possibilitassem o conflito ideológico. A base material garantia a estabilidade política. Em virtude dessa situação, esses países, do ponto de vista da sociedade civil, passou para um estágio superior de organização e ações políticas. As reivindicações se davam muito mais em torno de problemas ecológicos (que possibilitou o surgimento do Partido Verde), qualidade de vida e lazer.

No caso brasileiro, poderia-se dizer que a base material ainda está em processo precário de construção. As desigualdades sociais são agudas e crescentes. A concentração de renda alcança patamares gigantescos minimizando a possibilidade de “pactos sociais” e comprometendo uma aproximação entre grupos tradicionalmente hostis entre si (capital e trabalho).

Além da ausência de uma base material que garanta um nível razoável de vida para os cidadãos, problemas de natureza estrutural (patrimonialismo, personalismo, clientelismo e individualismo), dificultam a consolidação democrática. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que características de um Estado patrimonialista continuam a retardar o surgimento de uma cultura politizada.

A característica principal desse Estado patrimonialista é a prevalência da lógica econômica sobre a lógica política onde os recursos econômicos são utilizados para financiar obras de efeito social duvidoso e num contexto de “dívidas estatais”. Assim, o Estado é visto pelos cidadãos como sendo a fonte de poder num sentido

paternalista e personalista. Aliada a essa característica deve ser acrescentado o caráter tributário, que o Estado passou a desempenhar nos últimos anos, interferindo cada vez mais no cotidiano das pessoas.

Presentemente, o Estado neoliberal que se instalou com Collor de Mello e continua com Itamar Franco reproduz a matriz que separa a dimensão política da dimensão econômica, ou seja, os cidadãos são levados a pensar que a sua responsabilidade política no cenário de democratização se esgota no voto. Os meios de comunicação, os partidos políticos e as instituições interessadas nos pleitos eleitorais, de forma geral, circunscrevem o dever cívico única e exclusivamente ao sufrágio. A cidadania, nesse sentido, só é observada a cada quatro ou cinco anos. A ênfase, portanto, exclusivamente no método democrático pode ser negativa a longo prazo, na medida em que os cidadãos não aprendem a conviver com as incertezas da democracia (PZREWORSKI, 1992). É necessário pensar em formas alternativas de participação e representação política.

Por outro lado, a ausência de partidos políticos efetivos capazes de mediar os interesses da sociedade perante o Estado dificultam ainda mais a conquista da cidadania social, levando à manutenção de relações sociais politicamente subdesenvolvidas num contexto de grandes transformações econômicas, o que acaba criando uma sociedade de massas sem cidadãos. Não se constata, portanto, uma correlação linear entre democracia política e democratização da sociedade.

Essas relações sociais que, do ponto de vista da ciência política, se denominam de relações terciárias estabelecem uma configuração estrutural onde os principais elementos são o Estado e o sujeito. A consequência dessa estrutura de relações sociais é a vulnerabilidade da população a apelos demagógicos e populistas em detrimento de instituições intermediárias como seriam os partidos. Por outro lado, essa situação permite que os próprios executivos governamentais negligenciem essas instituições intermediárias e apelem para ganhar legitimidade dos cidadãos diretamente. Isso, por exemplo, explicaria a tendência do ex-presidente Collor de Mello em desprezar o apoio partidário e buscar o apoio diretamente na população. Situação semelhante observou-se no Peru, onde o presidente Fujimori fechou o Congresso e contou com o apoio maciço da população. Situação semelhante foi vivida pela Bolívia. O apelo direto para alcançar legitimidade política tem sido caracterizado por Guillermo O'Donnell (1993) como sendo típico de "democracias delegativas".

Esse apoio que não é circunstancial nem aleatório é o resultado de uma conjugação de fatores entre os quais destaca-se a ausência de uma matriz de crenças orientadas para valorizar a democracia em todas suas instâncias e a presença de práticas políticas influenciadas pelo imaginário (FOUCAULT, 1978) ou pelo pensamento mágico (FREIRE, 1978). Segundo Enzo Faletto (1989, p. 84) *para que pueda subsistir un orden social es esencial que existan creencias e valores. A*



ausência desses valores compromete a institucionalidade democrática já precária na medida em que, as pessoas não têm consciência dos seus direitos enquanto cidadãos e, em muitos casos, atribuem sua situação de penúria a forças metafísicas que não compreendem, que cria um senso de conformismo. Institucionaliza-se assim, a cultura do conformismo.

### **Sistema de crença e a cultura política gaúcha**

A visualização desse processo (conformismo e distanciamento com a política) fica claro quando se examina o comportamento político dos eleitores. Pesquisas realizadas ao longo do tempo têm constatado que no processo eleitoral a figura ou pessoa do candidato é muito mais decisiva na preferência do eleitor do que o partido (BAQUERO, 1978).

Esse comportamento político tem uma lógica subjacente quando se examinam os tipos de estratos ou tipos de eleitores num determinado sistema político. Para efeitos de discussão estabeleceu-se uma estratificação de eleitores no Rio Grande do Sul do ponto de vista da forma como eles percebem a política e como a decodificam.

A matriz teórica utilizada é aquela proposta por Philippe Converse (1964), que enfatiza a importância e relevância da dimensão simbólica na configuração dos fenômenos políticos. Subjacente à proposta de Converse está a aceitação da informação vertical piramidal, onde uma minoria é bem informada sobre fenômenos políticos, enquanto que a grande maioria não consegue decodificar criticamente as informações recebidas.

É possível situar os eleitores, baseado neste princípio, em estratos que diferem de acordo com o nível de informação e decodificação das informações. Dados de pesquisas de opinião pública possibilitam a caracterização de estratos de eleitores de acordo com a sua percepção de fenômenos políticos.

São cinco os estratos de eleitores identificados por Converse e que procurou-se aplicar ao Rio Grande do Sul. Esses estratos são: o estrato dos ideólogos, o estrato dos quase-ideólogos, o estrato do interesse de grupo, o estrato natureza dos tempos e o estrato sem conteúdo ideológico.

O primeiro estrato, dos ideólogos, refere-se àqueles eleitores que demonstram uma compreensão das dimensões abstratas da política. Outrossim, mostraram consistência nas respostas dadas. No caso, dos porto-alegrenses, especificamente, poderia se exemplificar dizendo que ideólogos são aqueles que agem no campo político baseados numa compreensão de diferenças programáticas entre partidos e mostram convicção nos seus posicionamentos políticos. Motivam-se, muito mais a partir de informações concretas do que baseados por emoção, intuição ou por influência de outros.

O segundo grupo, dos quase-ideólogos, é composto por aqueles eleitores que não dependem de categorias ou dimensões conceituais para seu comportamento político. Entretanto, as respostas por eles dadas deixavam dúvidas sobre a consistência entre atitudes e comportamento.

O terceiro grupo é formado por eleitores que não dependem de bases ou dimensões conceituais no seu comportamento político, embora fizessem avaliações sobre essa temática. São aqueles eleitores que, de maneira geral, dicotomizam a política em termos de ricos-pobres. Esses eleitores agem na base de motivações emocionais e dependendo do grupo a que pertencem. Os cidadãos mais sofisticados desse grupo tendem a desenvolver atitudes corporativas.

O quarto grupo, natureza dos tempos, é uma categoria residual. As avaliações por eles feitas não eram tão consistentes que possibilitassem um enquadramento nos níveis anteriores. A respeito desse grupo pode-se dizer que seu comportamento em relação a objetos políticos está baseado em avaliações conjunturais. Seu comportamento é razoavelmente previsível a partir da associação que eles estabelecem entre candidatos e/ou partidos e o estado geral da nação em termos econômicos. É um grupo tipicamente conjuntural.

O quinto grupo, sem conteúdo ideológico, é composto por sujeitos que mostram total inconsistência nas suas atitudes por um lado e, comportamento político por outro. As respostas, por eles dadas, são todas no sentido de desconhecimento da dimensão política e motivados por aspectos emocionais e subjetivos.

As questões aplicadas para identificar os estratos, acima referidos, foram selecionadas levando em conta a possibilidade de captar o grau ou apreensão da dimensão política (Anexo 1).

A distribuição dos eleitores porto-alegrenses num contexto longitudinal de 1982 a 1989 é apresentada na Tabela 1.

**Tabela 1**  
**Distribuição do eleitorado porto-alegrense em 1982, 1986, 1988, 1989 (%)**

Níveis de conceitualização	82	86	88	89	94
Ideólogos	3,5	2,2	2,9	2,6	2,3
Quase-ideólogos	7,7	8,4	8,9	8,9	7,7
Interesse de Grupo	21,4	27,2	30,0	32,0	33,1
Natureza dos Tempos	31,6	33,0	30,0	33,0	29,7
Sem conteúdo Ideológico	37,0	32,0	27,0	24,0	29,0
TOTAL (n)	415	572	490	547	609

Fonte: Pesquisas por amostragem, Porto Alegre, 1982, 1986, 1988, 1989. Nupergs/UFRGS.

Os dados, quando comparados com os resultados obtidos por Converse nos Estados Unidos (ideólogos 3,5%, quase-ideólogos 12%, interesse de grupo 45%, natureza dos tempos 22%, sem conteúdo ideológico 17,5%), mostram que, mesmo levando-se em conta a diferença da época, os eleitores em Porto Alegre se situam no estrato natureza dos tempos e sem conteúdo ideológico, na faixa de 60%, comparado com 47% nos EUA.

As implicações desses dados, do ponto de vista da constituição da cidadania apontam para os limites do surgimento de cidadãos politicamente auto-suficientes e a influência de fatores conjunturais no comportamento político-eleitoral dos cidadãos.

De 1982 a 1994, o conjunto dos dados para todas as categorias em Porto Alegre se mantém constante sugerindo que, apesar dos aumentos nas taxas de escolaridade, do crescente impacto dos meios de comunicação, especialmente a televisão, o trânsito das categorias mais inferiores para categorias mais exigentes no sentido de conceitualização é mínimo. Não há, portanto, uma relação linear entre expansão da informação e o surgimento de cidadãos efetivos.

A estagnação ou pouca mobilidade vertical observada no período examinado, poderia explicar a reprodução de traços típicos da política tradicional. Observa-se, assim, a espetacularização da política, onde o(s) candidato(s) é(são) visto(s) como produto(s) a ser(em) vendido(s). Os aspectos essenciais passam a ser a figura do candidato, seu carisma, seu *sex appeal* no eleitorado. No caso argentino, a vitória de Menem é explicada nesse sentido (LANDI, 1992). No caso brasileiro, o ex-presidente Collor de Mello exemplifica a utilização dos meios de comunicação para captar o apoio do eleitorado. Isso sugere que a grande maioria dos eleitores continua a depender de “dicas” que emanam de grupos sociais de referência ou líderes políticos para tomar decisões nesta área. Nas eleições de 1994, o marketing político também se fez presente de forma exaustiva.

Observa-se, assim, uma situação curiosa no contexto estudado e que pode ser ampliada para o resto do país qual seja, o crescente enfraquecimento das redes sociais e o declínio de lealdades às instituições políticas. Os dados mostram que, ao longo de 12 anos, não houve alterações qualitativas significativas em termos de politização do cidadão. Isso pode ser indicativo não apenas de uma falta de politização do eleitor, mas também da pouca eficácia das instituições políticas em constituir mecanismos eficientes de consolidação da cidadania.

Uma das causas para a estagnação da cidadania, definida em termos de apreensão conceptual da política, pode ser encontrada na influência que as condições econômicas tem nos cidadãos. O crescente desemprego, taxas elevadas de inflação, baixas expectativas de mobilidade social e incerteza geral em relação ao futuro, orientam a atenção dos eleitores para a dimensão econômica. Na ausência de cidadãos auto-suficientes, o discurso de quem “promete mais” ou

“quem impressiona mais”, seja no palanque, ou televisão, é decisivo para ganhar a simpatia desses eleitores.

O cenário de 1994 pode ser ilustrativo dessa situação. Via meios de comunicação de massa, os eleitores foram levados a ver na inflação o grande inimigo do país. Houve uma socialização política dessa dimensão. Dessa forma, quem derrotasse (o Plano Real) o grande vilão da vida dos brasileiros (a inflação), poderia levar os dividendos dessa batalha (Fernando Henrique Cardoso). Na pesquisa desenvolvida no RS, antes do primeiro turno, ficaram evidenciadas duas posturas por parte dos eleitores. Em primeiro lugar, um desejo explícito de mudança na área econômica (82%); em segundo lugar, a importância atribuída pelo eleitor à necessidade de que essa mudança deveria ser continuada pelo responsável pelo Plano (Fernando Henrique Cardoso, 72%). Essa percepção evidenciou-se inclusive naqueles que não manifestaram preferência pelo candidato do PSDB. Embora o candidato Luís Ignácio Lula da Silva do PT tenha ganho a eleição no RS, a diferença percentual comparada com as eleições de 1989 diminuiu significativamente (1989, segundo turno: Collor 29,4%, Lula 69,4%; 1994, primeiro turno: FHC 31%, Lula 36%).

### **As eleições de 1994 no RS**

Face ao que foi até aqui enumerado como os fatores proeminentes da cultura política gaúcha, como podem ser avaliados os resultados? Os dados apresentados são o resultado de várias pesquisas realizadas durante o primeiro e o segundo turnos da eleição no RS.

Um dos fatores que mais chamou a atenção no RS foi o desempenho obtido pelo Partido dos Trabalhadores no segundo turno. Até o dia da votação, havia absoluta incerteza sobre quem seria o vencedor. Os resultados das pesquisas de boca-de-urna, divulgadas após o encerramento da votação, mostraram um empate técnico entre Olívio Dutra do PT e Antonio Brito do PMDB (Datafolha: 46% a 46% e Ibope: 48% a 48%). O desempenho do PT no segundo turno é altamente significativo tendo em vista o desempenho no primeiro turno (28,1%). Um mero realinhamento natural de eleitores no segundo turno não é suficiente para explicar o crescimento do candidato do PT neste mesmo turno. Dentre as várias explicações, algumas parecem ser mais salientes que outras. Em primeiro lugar, pode-se dizer que o PT é o tipo de organização que evidencia as características de um partido moderno, que cresce gradual e consistentemente a partir de 1982, conforme os dados da Tabela 2.

Em segundo lugar, deve ser salientado o declínio agudo do PDT no estado e a nítida transferência desses votos para o PT no primeiro turno. Em resposta a uma pergunta aberta que procurou verificar por que quem votou em Brizola em 1989 deixou de votar nele em 1994, os entrevistados disseram que por Brizola estar desatualizado ou velho, por uma avaliação negativa do governo Collares no RS e devido à imagem negativa do governo do Rio de Janeiro veiculada pelos meios de comunicação.

**Tabela 2**  
**Votação para governador no Rio Grande do Sul (%) 1982-1994**

	1982	1986	1990 (1º t)	1990 (2º t)	1994 (1º t)	1994 (2º t)
PSD	34,1	-	25,8 (PL, PFL, PRN)	28,9	7,09	-
PDT	20,4	23,6 (PDS)	28,0 (PSDB, PCdoB)	45,6	4,56	-
PT	1,3	5,3	7,9 (PSB, PCB)	-	28,13	45,38
PMDB	33,5	41,6	15,9	-	39,85	49,58
PSB	-	5,2	-	-	-	-
PFL	-	10,8	-	-	-	-
PRONA	-	-	-	-	0,88	-
PRN	-	-	-	-	0,49	-
BRANCOS	8,8	10,2	11,8	4,1	14,31	0,88
NULOS	1,8	2,9	10,4	21,2	4,70	4,16
TOTAL	3.799.013	4.820.506	5.224.485	5.079.171	5.079.111	-

Fonte: TRE/RS

Acrescente-se a este cenário eleitoral de desempenho do PT uma percepção e subsequente avaliação positiva, por parte dos eleitores porto-alegrenses, da administração do PT na prefeitura da capital gaúcha. Os dados mostram que, a partir do segundo ano da administração do PT em Porto Alegre, a avaliação passa a ser positiva, com mais de 50% dos porto-alegrenses aprovando a administração municipal. Outrossim, a militância do PT em Porto Alegre é uma variável que não pode ser subestimada no crescimento do referido partido. Pode-se dizer que, para os petistas, foi “uma derrota com sabor de vitória”.

O que chama a atenção, entretanto, é que nesse cenário eleitoral a dimensão de apoio a fatores de construção democrática parecem ter estagnado, ao menos na capital gaúcha, quando comparada com pesquisas realizadas em nível nacional em anos recentes (MOISÉS, 1994). Isto, obviamente, não significa dizer que exista uma pré-disposição a rupturas institucionais, mas pode ser indicativo de um padrão atitudinal de desencantamento com a democracia enquanto valor. Nestas circunstâncias, a instabilidade política é a característica dos governos eleitos.

Os dados permitem uma comparação entre pesquisas que estudam a concepção de questões de democracia realizadas em quatro momentos: em setembro e novembro de 1989 e em março de 1990, em amostragem nacional, com levantamento de dados feitos pelo Instituto Datafolha, e em novembro 1994, em amostragem na cidade de Porto Alegre, com levantamento de dados feitos pelo Nupergs/UFRGS. O *survey* realizado em 94 em Porto Alegre utilizou as perguntas sobre o assunto que estiveram contempladas em pelo menos um dos levantamentos nacionais, objetivando uma visão longitudinal para a comparação dos resultados. Cabe salientar de antemão, contudo, que tratam-se de pesquisas realizadas em momentos distintos e cenários diferentes. Assim os resultados precisam, para uma comparação mais efetiva, serem considerados em sua realidade político-conjuntural. A avaliação comparativa, portanto, deve ser considerada como uma análise preliminar, que posteriormente deverá ser contextualizada com dados atualmente em fase de coleta em nível estadual no RS.

Os dados da Tabela 3 mostram que em setembro de 1989, 84,1% dos entrevistados em nível nacional acreditavam que os políticos brasileiros cuidavam de seus interesses em primeiro lugar. Em novembro do mesmo ano, véspera da primeira eleição presidencial após o período militar, este índice cai para 59,5%, talvez em função da própria campanha política. Já em março de 1990, ainda em *surveys* nacionais, a descrença nos políticos volta a crescer, aparecendo com praticamente os mesmos resultados da primeira pesquisa (86,1%).

Na pesquisa realizada em Porto Alegre, os entrevistados foram ainda mais desfavoráveis à imagem dos políticos: 90,6% responderam que eles cuidam de seus próprios interesses e apenas 6,2% dos interesses dos eleitores. Na questão referente aos partidos políticos, os dados sugerem uma tendência de diminuição da percepção da população quanto à representatividade dos partidos políticos. Na pesquisa de setembro de 1989, 32,7% dos entrevistados acreditavam que os partidos políticos representavam a população/os eleitores: em março de 1990, 28,4%; finalmente em Porto Alegre, em novembro de 1994, apenas 9,0% dos entrevistados tiveram esta opinião. O percentual dos entrevistados que responderam que os partidos representam os próprios políticos obedeceu a mesma lógica de opinião: nas sucessivas pesquisas, 50,8%, 64,7% e 86,4% dos entrevistados responderam que os partidos orientam suas ações para a defesa dos interesses dos próprios políticos.

Quando perguntados sobre a confiança no Congresso Nacional, 23,1% dos entrevistados em setembro de 1989 responderam positivamente, 57,4%, não confiavam no Congresso e 14,4%, confiava em parte. Dois meses depois houve um aumento dos entrevistados que manifestaram confiança no Congresso Nacional: 38,6% responderam que sim, 38,4%, que não e 15,3%, em parte. No *survey* realizado em Porto Alegre em novembro de 1994, observa-se uma modificação em relação aos dois anteriores.

Os que responderam “não confiam” permanecem no mesmo patamar da pesquisa realizada em novembro de 1989 (35,1%). Houve, no entanto, uma diminuição significativa dos que responderam que “confiam” no Congresso (14,4%) e um grande aumento daqueles que “confiam em parte” (49,1%), o que pode estar mostrando uma postura de expectativa por parte dos eleitores com relação ao próximo Congresso Nacional.

No que diz respeito ao item confiança no Governo Federal, as perguntas variaram nas sucessivas pesquisas. Em setembro de 1989, 26,1% dos entrevistados responderam que confiavam no Governo Federal, 10,3%, que confiavam em parte e 59,3%, que não. Em novembro do mesmo ano, houve um aumento da confiança no Governo Federal, passando para 41,9% os entrevistados que disseram que sim e diminuindo para 41,6% os que disseram que não (o percentual dos que respondem em parte continuou igual). Modificação significativa no levantamento realizado em Porto Alegre em novembro de 1994. Aqui os entrevistados que disseram confiar no Governo Federal voltou ao patamar de setembro de 1989 (26,9%), mas houve um grande aumento dos que responderam confiar em parte (passou para 42,7%) e uma grande diminuição dos que não manifestaram confiar no Governo Federal (28,7%).

Na dimensão da eficácia política (pergunta 5), em setembro de 1989, 30,7% dos entrevistados acreditavam influenciar a política. Dois meses depois, este número aumenta para 46,8% e em novembro de 1994 em Porto Alegre passa para 19,5%. Os que disseram que não influenciam a política foram respectivamente 57,8%, 38,5% e 63,1%. Comparando os *surveys* nacionais com o realizado em Porto Alegre, verificamos que há um efetivo aumento de percentual de entrevistados que responderam que não influenciam a política ou que a influenciam apenas em parte, acompanhado da diminuição dos que acreditam influenciar.

**Tabela 3**  
**Questões relacionadas com dimensão atitudinal de apoio à democracia (%)**

Perguntas	BRASIL			POA
	SET 89	NOV 89	MAR 90	NOV 94
1) O Sr.(a) diria que os políticos brasileiros, em primeiro lugar:				
a) Cuidam dos interesses dos eleitores	10,2	29,4	11,3	6,2
b) Cuidam de seus próprios interesses	84,1	59,5	86,1	90,6
c) NS/NR	5,7	11,0	2,6	3,1
2) Os partidos políticos representam mais:				
a) A população/ os eleitores	32,7	28,4	-	9,0
b) Os próprios políticos	50,8	59,5	-	81,4
c) NS/NR	16,5	11,0	-	4,6
3) O sr.(a) confia no Congresso Nacional, isto é, nos Deputados Federais e Senadores?				
a) Sim	23,1	38,6	-	14,4
b) Em parte	14,4	15,3	-	49,1
c) Não	57,4	38,4	-	28,7
d) NS/NR	5,1	7,6	-	1,3
4) O sr.(a) confia no Governo Federal, isto é, no Presidente da República e seus Ministros?				
a) Sim	26,1	41,9	-	26,9
b) Em parte	10,3	10,3	-	42,7
c) Não	59,3	41,6	-	28,7
d) NS/NR	3,6	6,2	-	1,6
5) O sr.(a) influência a política?				
a) Sim	30,7	46,8	-	19,5
b) Em parte	5,4	9,0	-	14,4
c) Não	75,8	38,5	-	63,1
d) NS/NR	6,1	5,7	-	3,0
6) O país seria melhor com um só partido político?				
a) Concorda	44,9	48,2	-	63,7
b) Concorda em parte	2,6	5,0	-	17,7
c) Discorda	45,5	42,3	-	16,7
d) NS/NR	3,1	4,5	-	1,8
7) Não adianta mudar as leis, porque não são obedecidas				
a) Concorda	53,8	48,2	-	63,7
b) Concorda em parte	4,4	5,0	-	17,7
c) Discorda	35,7	42,3	-	16,7
d) NS/NR	6,1	4,5	-	1,8
8) O povo não sabe dizer como deveriam ser as leis				
a) Concorda	45,0	41,4	44,2	54,2
b) Concorda em parte	5,0	4,1	2,2	19,7
c) Discorda	42,8	45,1	49,9	21,8
d) NS/NR	7,2	9,7	3,7	3,6
9) No Brasil as coisas só vão melhorar com uma revolução ou com violência				
a) Concorda	26,7	20,6	14,3	17,6
b) Concorda em parte	6,5	7,2	2,1	10,2
c) Discorda	59,6	65,9	81,6	68,8
d) NS/NR	7,3	6,3	2,0	3,4



O próximo item que interessou examinar foi aquele que dizia respeito à percepção do sistema partidário. As respostas dos entrevistados em relação a esta pergunta não apresentaram grandes diferenças nas pesquisas realizadas em setembro e outubro de 1989 em nível nacional (respectivamente responderam que concordam que o país seria melhor com um único partido político 44,9% e 48,6%; que concordam em parte, 2,6% e 2,1%; e que não concordam, 45,5% e 44,5%). Já no *survey* realizado em Porto Alegre em 94, verificamos que a percentagem daqueles que responderam que não concordam com a afirmação manteve-se mais ou menos no mesmo patamar (46,6%), mas houve uma sensível diminuição daqueles que responderam concordar (37,9%) e um aumento daqueles que disseram concordar em parte (12,3%).

Em relação à avaliação dos entrevistados sobre os aspectos jurídicos que regulam as relações sociais, quando perguntados se concordavam com a afirmação de que “no Brasil não adianta mudar as leis, porque elas não são obedecidas”, em setembro de 1989, 53,8% dos entrevistados em pesquisa nacional disseram concordar, 4,4% disseram concordar em parte e 35,7% disseram discordar da afirmação. Comparando estes resultados com os da pesquisa realizada em março de 1990, verificamos uma tendência de aumento da discordância com a afirmação (35,7% e 42,3%) acompanhada de uma diminuição na concordância (de 53,8% passa a 48,2%). No *survey* realizado em Porto Alegre em 1994, por sua vez, verificamos que as respostas foram bem distintas em relação às duas pesquisas anteriores: há um aumento da porcentagem de entrevistados que concordam com a afirmação (63,7%) e dos que concordam em parte com ela (17,7%), mas uma grande diminuição dos que discordam (16,7%).

Padrão semelhante se observa na questão relacionada com a capacidade do povo de contribuir para construir um sistema “justo”. A percentagem de entrevistados que afirmaram concordar que o povo não deve dizer como deveriam ser as leis não variou significativamente nos três *surveys* realizados nacionalmente em setembro e outubro de 1989 e em março de 1990 (respectivamente 45,0%, 41,1%, e 44,2%). Nos mesmos levantamentos, há uma ligeira tendência de aumento dos que disseram discordar com a afirmação (42,8%, 45,1% e 49,9%). Diferença efetiva notamos na pesquisa realizada em Porto Alegre em 1994: aqui aumenta cerca de 10 pontos percentuais em relação às três anteriores os entrevistados que concordam com a afirmação (54,2%), diminui para cerca de metade os que discordam (21,8%) e o percentual dos que concordam em parte vai de respectivamente 5,0%, 4,1% e 2,2% para 19,7%.

Por fim, quando perguntados “se as coisas no país melhorariam apenas com uma revolução ou com violência”, nos três *surveys* nacionais há uma tendência de diminuição daqueles que concordam com a afirmação (26,7%, em setembro de 1989, 20,6%, em novembro de 1989, e 14,3%, em março de 1990) acompanhada de um aumento daqueles que discordaram com a afirmação (respectivamente 59,6%, 65,9% e 81,6%). Mais uma vez verificamos diferenças quando comparamos com as respostas dadas na pesquisa realizada em Porto Alegre em 1994. Não mais se verifica a tendência de queda de concordância com a afirmação, que tem um ligeiro aumento (17,6%), ao mesmo tempo em que a discordância volta a um patamar semelhante ao de novembro de 1989 (68,8%). A percentagem dos que manifestam concordar em parte também em relação às pesquisas anteriores, aumentando de 6,5%, 7,2% ou 2,1% para 10,2%. Esta última questão mostra claramente que se institucionalizou uma mentalidade anti-autoritária; porém, quando examinadas as questões anteriores, não se pode afirmar que se tenha institucionalizado uma mentalidade democrática.

Embora as limitações da comparação feita, alguns aspectos podem ser avaliados a partir das pesquisas realizadas em nível nacional e da realizada em Porto Alegre. De maneira geral, observa-se um crescente descrédito da população de Porto Alegre em conceitos ligados à democracia da sociedade em sentido lato. Os entrevistados em Porto Alegre tenderam a responder em níveis superiores aos dos *surveys* nacionais que a população não deve participar da elaboração de leis; que concordam que não adianta mudá-las, pois não são obedecidas; e que pouco podem influenciar a política. Da mesma forma, manifestaram uma menor confiança nos partidos e nos próprios políticos em relação às pesquisas anteriores. Por outro lado, as instituições Governo e Congresso parecem gozar de relativa confiança na população de Porto Alegre, a considerar que as respostas de não confiança nestas instituições tenderam a ser menores percentualmente que as das pesquisas anteriores.

### **À guisa de conclusão**

Os impasses e dilemas que o Brasil enfrenta, atualmente, na busca da consolidação da democracia parecem ser mais difíceis que em outros países da América Latina. Em pesquisa comparativa realizada em 1988, os dados mostravam que o sentimento democrático era mais profundo no Chile, Argentina e Uruguai do que no Brasil. Segundo Lamounier e Marques (1992, p. 151), *os brasileiros parecem ser menos democratas e têm uma visão mais desanimada e fatalista da política que os entrevistados dos outros três países*. Essa comparação, entretanto, não significa uma rejeição à democracia. Pelo contrário, poderia se afirmar que nos últimos anos o Brasil tem experimentado uma **tomada de consciência da democracia**. A aparente

nostalgia autoritária é muito mais o reflexo da frustração com as expectativas que foram criadas pelos governos popularmente eleitos. Aliada a essa frustração está o crescente descrédito da maioria dos políticos, fruto de seu comportamento pouco ético e comprometedor da imagem das instituições políticas. Simultaneamente existe o desejo explícito de que as mudanças nos diferentes campos se dê em um contexto de ordem e não de violência.

Esse panorama político é pouco propício para a consolidação de cidadãos politicamente sofisticados. Tentar encontrar mecanismos que levem à superação de fatores histórico-estruturais que têm moldado os padrões de comportamento político, e gerar subsídios para efetiva consolidação da democracia é um dos desafios que se colocam para os cientistas sociais. Nessa área lida-se com um dos problemas mais complexos da natureza, qual seja, como compreender e explicar o comportamento humano.

No Rio Grande do Sul, a continuidade de pesquisas de levantamento de opinião pública realizadas desde 1968, tem possibilitado o acompanhamento das flutuações do comportamento político dos gaúchos. Os subsídios gerados por esses levantamentos têm sido valiosos na compreensão de como e principalmente por que os gaúchos mostram determinados padrões de comportamento político-eleitoral.

Embora não exista consenso sobre o tipo de cultura política no estado, algumas dimensões do comportamento dos cidadãos são claras. Em primeiro lugar, os dados mostram que existe uma nítida diferença de comportamento político entre capital e interior, sugerindo que os grandes centros urbanos são muito mais susceptíveis à influência da cidade, como variável de transformação de padrões tradicionais de comportamento. Os cidadãos da “cidade”, entretanto, continuam a evidenciar um comportamento político que mistura, ora ativismos exacerbados, ora apatia permanente, reflexo da ambigüidade das ações dos governos nos diferentes níveis.

Por outro lado, os meios de comunicação têm influenciado decisivamente nos novos padrões de comportamento social, particularmente das camadas mais jovens. Entretanto, o problema reside no fato de que não existe uma identificação política regional ou nacional consolidada, ao contrário da identidade cultural (gaúcho). Isso significa dizer que é natural que os cidadãos, de maneira geral mostrem preferência por ações individuais, com um desencanto com a “atual democracia” no país. Há uma virtual unanimidade em apontar os políticos como sendo os responsáveis pela situação do país, bem como as instituições políticas.

Nesse contexto, as possibilidades do surgimento de uma cultura política democrática, que exige cidadãos razoavelmente informados, são remotas. Do ponto de vista da ciência política e particularmente da perspectiva da abordagem da cultura política, os dados coletados nos últimos anos não são alentadores no que se

refere à consolidação democrática. As expectativas fraudadas do Estado em relação à sociedade, horizontaliza sentimentos de alienação, apatia e distanciamento da arena política.

Em síntese, neste trabalho procurou-se fazer algumas reflexões sobre os impasses na consolidação de uma cultura política tomando como base o Rio Grande do Sul, mas que acredita-se poderia ser ampliado para o resto do país. O impasse mais crucial do ponto de vista da dimensão política, refere-se ao não surgimento de crenças e valores que sustentem solidamente uma ordem e uma institucionalidade democrática. Isso não significa dizer que existam predisposições de apoio a rupturas institucionais, mas reflete principalmente as dúvidas e incertezas que são normais de um processo de consolidação democrática.

## **ANEXO I**

Questões utilizadas na determinação dos estratos dos eleitores no Rio Grande do Sul.

1. Principalmente em época de eleição, as pessoas costumam dizer que têm opiniões de direita, ou de esquerda ou de centro, o que o Sr.(a) entende por esquerda e direita em política?
2. Hoje em dia fala-se muito no Brasil sobre a abertura política. Na sua opinião o que é abertura política?
3. Este ano há uma lei que obriga a votar somente em candidatos de um mesmo partido. Em sua opinião essa lei foi uma boa medida, ou não? Poderia explicar sua opinião?
4. Na sua opinião, o que o governo deveria fazer para melhorar a vida de pessoas como o Sr.(a)?
5. Na eleição de 1974 havia propaganda política ao vivo pelo rádio e pela televisão. Nesta eleição de 1982 (1986, 1988) tem uma lei que proíbe os candidatos de falarem pela rádio e de aparecerem ao vivo na televisão. O Sr.(a) acha que esta proibição foi uma boa medida? Por quê? Poderia explicar sua opinião?
6. Se o voto não fosse obrigatório, o Sr.(a) votaria assim mesmo ou não votaria? Por quê?
7. Por que pretende votar nele (candidato a governador)?
8. Na hora de escolher seu candidato o que é mais importante: a pessoa do candidato ou o partido a que ele pertence? (para todos os anos)
9. O Sr.(a) acha que os debates entre os candidatos o ajudam a escolher o melhor candidato?
10. Uns dizem que o importante é o governo ser eleito, mesmo que não seja muito capaz ou não faça muita coisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAQUERO, M. *Abertura política e comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1984.

\_\_\_\_\_. *O multipartidarismo e o realinhamento eleitoral no Rio Grande do Sul nas eleições de 1982*. Textos para discussão. Programa de mestrado em Ciência Política, UFRGS, julho 1988.

\_\_\_\_\_. A cultura do salve-se quem puder. *Revista Amanhó*. Porto Alegre, n. 46, dez 1992.

BAQUERO, M.; FILHO, S. A. Paradigma de Converse: sistemas de crenças e o processo eleitoral de 1982 em Porto Alegre/RS. *Revista do IFCH/UFRGS*, v. 13, 1985.

BUARQUE, C. *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CORTES, C. E. *Gaúcho politics in Brazil: the politics of Rio Grande do Sul, 1930-1964*. Albuquerque: University of New México, 1974.

CONVERSE, P. E. The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, D. E. (org.). *Ideology and discontent*. New York: The Free Press, 1964.

DE CEW, J. M. *Political experience and electoral behavior in Brazil: Rio Grande do Sul, 1950-1974*. PhD Thesis, University of Connecticut, 1977.

DUBNIC, R.; CAVALCANTI, T. (ed.). *Comportamento eleitoral no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1964.

FALETTO, E. Cultura política e consciência democrática. *Revista de la CEPAL*, n. 35, agosto 1988.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FERRAZ, F. As eleições de 1974 e o futuro do bipartidarismo no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 43, junho 1976.

HOBBS, T. *Leviathan*. Indiana: Bobbs Merrill, 1958.

LAMOUNIER, B.; MARQUES, A. H. A democracia brasileira no final da “década perdida”. In: LAMOUNIER, B. (org.). *Ouvindo o Brasil: uma análise da opinião pública brasileira hoje*. São Paulo: Editora Sumaré, 1982.

LANDI, O. La cultura política de la postransición. *Contribuciones*. Chile, Flacso, n. 71, abril 1991.

LAYTANO, D. *História da república Rio-grandense, 1835-1845*. Porto Alegre: Editora Globo, 1936.

LIJPHART, A. *As democracias contemporâneas: trajetórias*. Lisboa: Gradiva, 1989.

LIMA, A. *História popular do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

LOVE, J. L. *Rio Grande do Sul and brazilian regionalismo, 1882-1930*. Califórnia: Stanford University Press, 1971.

MENDES, A. M. T.; VENTURI, G. *Eleição presidencial: o cenário eleitoral nas razões do voto*. (ver neste número de Opinião Pública).

MOISÉS, J. Á. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. Tese de Livre Docência, USP, 1994.

OLIVEN, R. A dupla desterritorialização da cultura gaúcha. Fronteiras da cultura. In: FONSECA, C. *Horizontes e territórios da antropologia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993.

O'DONNELL, G. Democracia delegativa. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 31, outubro 1991.

PRZEWORSKI, A. Ama a incerteza e serás democrático. *Novos Estudos Cebrap*, n. 9, julho 1984.

TRINDADE, H. H. C. Nota de pesquisa: Padrões de comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul (1950-1962). *Revista do IFCH/UFRGS*, n. 1, 1973.

VARELA, A. *História da grande revolução. O ciclo Farroupilha no Brasil*. 6 vols. Porto Alegre: Editora Globo, 1933.

VERBA, S. Comparative political culture. In: PYE, W. L.; VERBA, S. (ed.). *Political culture and political development*. Princeton: Princeton University Press, 1969.

XAUSA, L.; FERRAZ, F. As eleições de 1966 no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 23-24, julho 1967.